

A HERANÇA COLONIAL: FATOR DE REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL NA GUINÉ-BISSAU

Daiana Fernando MBundé¹

Resumo: O presente trabalho intitulado “A herança colonial: fator de reprodução da desigualdade na Guiné-Bissau” tem como proposta analisar a criação de elite subalternizada guineense através de um sistema colonial que teve como princípio a divisão da população entre classes sociais, que por sua vez, reproduzem as heranças coloniais como mecanismo de produção da desigualdade social atualmente na Guiné-Bissau. Em vista disso, esse processo vem regredindo a luta para emancipação do país sob lema de unidade e luta, sem exceção de classes sociais, divisões étnicas e religiosas e sem distinção de gênero.

Palavras-chave: Guiné-Bissau. Elite subalternizado. Colonização

THE COLONIAL HERITAGE: FACTOR IN THE REPRODUCTION OF SOCIAL INEQUALITY IN GUINEA-BISSAU

ABSTRACT: The present work entitled the colonial heritage: factor of reproduction of inequality in Guinea-Bissau has as proposal, to analyze the creation of subordinate Guinean elite through a colonial system that had as principles: the division of the population between social classes, which in turn reproduce colonial inheritances as a mechanism for the production of social inequality currently in Guinea-Bissau, in view of this, the struggle for the emancipation of the country has been regressed under the motto of unity and struggle without exception of social classes, ethnic and religious divisions and without gender distinction.

Key words: Guinea-Bissau. Subordinate Elite. Colonization

Introdução

O estudo tem como foco central e analítico a criação de elites subalternizadas guineenses que, por sua vez, reproduzem as heranças coloniais como mecanismo de formação de desigualdade social na Guiné-Bissau. Essa análise é manifesto de um problema social que afeta as populações inseridos nessa trajetória de reprodução de violência colonial. Para pensar a pesquisa é necessária uma reflexão sobre a situação que o país se encontra atualmente a partir de discussões, investigação e interpretação

¹ Mestranda na Universidade Federal do Paraná UFPR, Licenciada em sociologia UNILAB, Bacharel em humanidades pela universidade da Integração Internacional da Lusofonia afro-Brasileira UNILAB. Endereço Eletrônico: daianafernando1993@gmail.com

de registro bibliográfico. E antes de dar seguimento ao desenvolvimento do artigo, algumas informações sobre o país se fazem necessárias.

A República da Guiné-Bissau é um Estado de democracia constitucional, que fica situado na Costa Ocidental da África com uma superfície de 36.125km², sendo que 24.800km² são superfícies habitáveis, e as outras são cobertas de mar, fluviais e pelo alagamento provocado pelas chuvas regulares e periódicas, fazendo fronteira com o Senegal ao norte, a leste e a sudeste com a República da Guiné-Conacri e, ao sul e a oeste, com Oceano ao Atlântico. Na sua parte continental o país é constituído por baixa zona plana estendendo-se até à planície do Senegal, com vastos rios, dentre os quais se destacam Buba, Cacheu, Mansoa, Geba e Corubal pela parte insular a Guiné-Bissau possui o arquipélago dos Bijagós com 88 ilhas e ilhéus.

No quesito diversidades culturais e práticas religiosas, a Guiné-Bissau tornou-se um símbolo de mosaicos étnicos porque, em todo o seu território geográfico, constam representações de grupos étnicos linguísticos subdivididos em torno de vinte e seis (26) grupos, dentre eles: *Fula, Balanta, Mandinga, Pepél, Flup, Biafada, Budjugu, Mandjaku, Mancanh, Mansonka- Bramés, Biafadas e Saraculês*, preservando o reportório linguístico e identidade própria.

Guiné tem como a língua oficial o português, que é falado por uma parcela menor da população - língua de ensino e de comunicação em fóruns internacionais. Também se tem o “crioulo”, considerado símbolo de unidade nacional que é língua veicular, ou seja, língua de contato entre diferentes etnias que compõe o território nacional. A maioria da população se encontra no campo e/ou no meio rural e vive da prática da agricultura familiar. Considerado país em vias de desenvolvimento, sua população depende de agropecuária e da pesca para sobrevivência. O alimento básico é o arroz, entretanto, o cultivo de cajú, manga, arroz, inhame, banana, cana-de-açúcar levaram a Guiné-Bissau no sexto lugar de produção global e essa atividade econômica ocupa 12% da superfície territorial. Também a pesca é outro elemento importante para economia nacional, o país é exportador de peixe e camarão, existem grandes reservas minerais a serem exploradas que possuem fosfato, bauxita e petróleo (BULL, 1989; LOPES, 2012).

Essas informações permitem localizar as condições sociopolíticas dos habitantes da Guiné-Bissau e, dessa forma, compreender como se deu a formação de elite subalternizada guineense, e o fator de reprodução de desigualdade social no país.

Diante de problema posto, Cardoso (2002) salienta que, a formação da elite subalternizada guineense deu-se através de estratificação de grupos sociais no período colonial (os assimilados e não assimilados), os assimilados são considerados elites subalternas ao império português, que

consequentemente têm poder sobre os considerados não assimilados. Atualmente o país se encontra sob o domínio de uma elite política com raízes de colonialismo e reproduzem o processo de dominação e exploração para se enriquecer à custa do povo, mantendo o país na condição de pobreza e de alto índice de desigualdade social.

Perante este fato social, pretendemos compreender os principais problemas que estão por trás desse fenômeno através de um estudo empírico, proporcionado, assim, uma reflexão crítica e ideologias em torno da temática. Por outro lado, o trabalho propõe-se a contribuir em termos teóricos para a discussão referente, a herança colonial: fator de reprodução da desigualdade social na Guiné-Bissau.

Para concretização da pesquisa utilizei a pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, com base nos seguintes autores Cardoso (2002), Fanon (1968), Pereira (2003), abordando a herança colonial como fator de reprodução da desigualdade na Guiné-Bissau. A análise é correlata com tratamento qualitativo.

O artigo justifica-se por ser uma temática menos argumentada na sociedade africana, guineense em particular, embora a discussão tornou-se viável em dias atuais, embora várias organizações nacionais e internacionais tenham problematizado e analisado essa questão em toda a parte do continente africano. No âmbito acadêmico, o trabalho servirá de suporte bibliográfico para futuras produções de artigos, livros, ensaios e palestras sobre elite subalternizada e reprodução de desigualdade social em Guiné-Bissau.

Onde tudo começou e por quê a África?

Para analisar este processo exploratório, a expansão do capitalismo vai servir como guia do esboço da sessão. Com a expansão de modo de produção capitalista imperial desde seu período primitivo até seu estágio avançado a Europa impôs para humanidade, sobretudo continente africano e americano, as diferentes formas de exploração expressada através dos resultados genocidas e escravidão do povo negro e indígena.

Para melhor compreensão do impacto do capitalismo industrial, pautei em trazer os dois momentos da colonização. A primeira fase descrita por Mbembe (2017), começa nas Américas a partir do século XVI, resultado do tráfico de escravizados negros e o comércio negreiro que serviu como força vital para ascensão da Europa, desta forma, foram trazidos de África os povos negros para exploração de mão de obra no continente americano trabalhando em plantios de cana de açúcar,

algodão e café. Esse regime afetava as pessoas escravizadas e a própria natureza, devido à grande destruição de florestas para plantio dos produtos. Sintetizando essa fase, resumia-se em extração dos nativos dos seus territórios para trabalhos escravos que serviam de rendimento e crescimento do comércio europeu. Na sua segunda fase, constituía-se em repovoamento dos continentes colonizados, do século XVI ao XIX, a Europa focou-se na exploração das riquezas naturais e expansão territorial tornando assim uma potência mundial e centro de poder.

Em linhas gerais, por séculos a África serviu de palco para tráficos humanos sob direção e compadrio de europeus e de árabes. A expansão islâmica acelerou o processo de escravização no continente. Similarmente, o catolicismo usou do mesmo recurso religioso para pregar o medo do único ser e poderoso que julgue o bem e o mal e a única opção de não ser condenado ao mal “inferno” seria convertendo ao islamismo ou catolicismo. Porém, a verdadeira faceta da colonização consistia em negar a forma de existir do outro ser humano, como também a natureza, meio ao qual se encontra. O processo tirou do colonizado todos os bens, incluindo a identidade e a história. A embarcação da Europa nessa aventura de exploração “das almas do povo negro” disfarçada em processo “civilizatório” de um povo considerado sem cultura, era uma mera forma de legitimar a violência no corpo e na alma desse povo. A violência colonial não tem somente o objetivo de garantir o desrespeito desses homens subjugados; procura desumaniza-lo, acrescentando que “nada deve ser poupado para liquidar as suas tradições, para substituir a língua deles pela nossa, para destruir a sua cultura” isso indica que a violência colonial não era só física também espiritual e psicológica, conseguinte tirava a dignidade de homem colonizado (FANON,1968, p.9).

Com isso, à colonização tornou-se uma forma de monopólio de poder através de expansão europeia em busca de espaço geográfico para exploração de recursos naturais, e consequentemente no século XVI ao XIX, começou as modalidades de repovoamento do planeta pela aniquilação humana dos grupos sociais que eram consideradas subalternizados, assim, constituíam as questões econômicas e políticas. A Europa se tornou uma potência, fora das suas margens desenhou lugares de descobrimentos, servidão, domínios e pilhagens.

Analogamente, Fanon (1968), na sua análise do processo de escravização do povo negro africano, ressalta que os elementos raça e economia não deveriam ser separados, porque a criação do sistema capitalista imperial criou mecanismos de “descobrimento” para dominar o continente africano afim de suprimir a crise que pairava na Europa, mas, digamos que os europeus não se sentiam superiores só pelo fato de terem poder econômico, e sim pelo fator raça, a se considerar superior a todos que são diferentes. Em suma, o capital foi usado para divisão das classes e, do mesmo modo,

essa classe orientou a exploração das raças consideradas inferiores. Uma análise da ideologia marxista oferece um entendimento científico sobre o capital/raça.

Para compreensão do marxismo como método de análise da realidade objetiva capaz de mostrar as características do sistema capitalista e a sua forma de apropriação, legitimação da violência e exploração e divisão de poder, devemos levar em consideração o fator raça, por isso, os líderes africanos dos movimentos nacionalistas se apropriaram da antologia marxista para reivindicar da dominação das potências imperialistas.

De acordo com Frantz Fanon, “quando o colonizado descobre, que a sua vida, sua respiração, as pulsões do seu coração são as mesmas do colonizado. Descobre que a pele de colonizado não vale mais do que uma pele indígena essa descoberta introduz um abalo essencial no mundo” em vista disso, começa a evolução dos oprimidos organizado pela massa (FANON, 1968, p.34).

Ora, se o modo de produção capitalista resulta de divisão de classe e é formador da classe burguesa branca detentora de poder e de capital, expandiu o imperialismo para África, justificado em categoria de superioridade racial. Para Manoel & Fazzio (2019), a única forma de revolução contra racismo seria por meio de luta contra o sistema capitalismo. É importante enfatizar que a doutrina marxista enquanto defensor de classes oprimidas, trabalhadores explorados pela burguesia elitizada branca, também “os conceitos centrais do pensamento marxista, como a acumulação primitiva e a superexploração se tornam fundamentais para entender a formação social nos países capitalistas, sobretudo no continente africano”. (MANOEL & LANDI, 2019, p.10).

Para compreensão da ideologia marxista baseada na luta de classes, é necessário entender o conceito de materialismo histórico-dialético, que é um método construído por Karl Marx e Friedrich Engels, tendo como proposta de análise a sociedade humana e as suas relações, ou seja, uma espécie de posicionamento de ciência de análise da realidade social. O materialismo histórico traz profunda crítica ao idealismo de Hegel, afirmando a existência de predomínio da realidade material sobre as ideias. Para Marx, os homens fazem a suas histórias, porém não fazem como querem, mas sim, limitadas pelas condições materiais e históricas da sua existência, com isso, a relação entre indivíduos na sociedade está limitada pela classe social onde se encontra. Um exemplo, a classe burguesa detém monopólio de meio de produção e capital, enquanto que, os proletários vendem a sua força de trabalho que, consequentemente, é transformada em lucro que contribui em ascensão da classe burguesa (ENGELS & MARX, 2008, p.9).

O imperialismo não foi apenas uma mudança nas relações de produção capitalistas e na estrutura de poder do Estado Burguês, mas, possibilitou uma mudança na relação entre o movimento

operário e a burguesia de diversos países que se viam perante este regime. Assim, dizia Marx, a burguesia é uma classe que se adapta às novas condições sociais econômicas através das conquistas de novos mercados e novas formas de exploração da classe oprimida. (ENGELS & MARX, 2008, p.10).

E essa burguesia se adaptou a crise europeia criando o sistema de descobrimento que, por sua vez, explorava os povos africanos e os seus recursos naturais para suprimir a queda da classe materialista, ironia do império colonial que defendia esse processo como necessário com a intenção de pacificar e civilizar o povo considerado sem cultura.

A colonização guineense

A Guiné-Bissau não ficou de fora desse processo colonial. Considerada umas das primeiras regiões do continente africano a serem explorada pelos portugueses. A presença europeia na costa africana, particularmente, a portuguesa nos rios da Guiné-Bissau deu-se em 1446 com o navegador português Nuno Tristão.

Então, consequentemente, com a chegada dos portugueses na Guiné-Bissau observa-se o interesse de troca dos produtos com os nativos, cria-se laços com chefes das aldeias, mas sem nenhuma intenção de residir no território da “descoberta”. No final do século XIX a presença dos portugueses na Guiné-Bissau aumentou gradualmente devido ao enfraquecimento econômico de Portugal e a chegada à Conferência de Berlim, em 1844-1885. Sem querer perder os prestígios relacionados ao império e a expansão marítima nas costas africanas, os portugueses desencadearam o processo da implantação dos aparelhos administrativos no território local, através de iniciativas militares, apelidado *campanha de pacificação*.²

De acordo com Candé Monteiro (2013), a Conferência de Berlim serviu-se de mecanismo de reestruturação do continente africano, obrigando a convivência dos grupos étnicos que não se conheciam antes, além disso, instituíram costumes e línguas, leis vindas da Europa e política de assimilação aos povos onde a pauta era a conversão identitária idealizada sobre visão do catolicismo e à civilização de um povo sem cultura. Em análises gerais, à Conferência de Berlim trouxe acirradas disputas étnicas, o subdesenvolvimento do continente, a extrema pobreza, o alto índice do

² *Campanha de Pacificação*: foi a designação dada a um conjunto vasto de operações militares, de envergadura muito desigual, conduzidas nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras duas décadas do XX pelas forças armadas portuguesas nas colônias africanas de Portugal.

analfabetismo, a perda da liberdade e autonomia à custa de desenvolvimento da Europa, a exploração, os genocídios e, por último, a legitimação da escravidão.

No caso da Guiné-Bissau, que consequentemente se tornou a Guiné Portuguesa (a colônia do ultramar, propriedade privada do Império português), o império português aumentou a expansão comercial no território, tendo como resultado o acréscimo da mão de obra e cobranças de impostos para suprimir a defesa da administração colonial. Porém, essa atitude gerou uma mal-estar no meio das comunidades, razão pela qual criou-se a revolta primária, uma resistência étnica contra os impostos arbitrários e a ocupação dos portugueses na Guiné-Bissau.

Apesar de todas as resistências desencadeadas por grupos étnicos com objetivo de impedir o domínio colonial, as violências ganharam proporções maiores e ao mesmo tempo o racismo, perseguição das crenças, massacres, torturas e mortes. Todos esses acontecimentos criam uma razão para emergência de uma nova forma de luta contra a opressão.

A formação da elite subalternizados: O caso da Guiné-Bissau

A história nos informa sobre a chegada dos europeus nas margens da costa de Guiné, onde se encontravam os povos autóctones que estavam organizados em grupos étnicos, “possuindo cada um com o seu território, uma organização social, política própria e uma economia de subsistência que garantia uma relativa autonomia a cada um”, a exemplo da etnia *balanta* que tinham uma estrutura da “sociedade horizontal” sem hierarquização social, enquanto que as etnias fulas, *pépel* e *mandjaku* viviam numa sociedade vertical com direito a um régulo que governa de acordo com normas, o régulo é considerado figura representativa desse grupo (CARDOSO, 2002, p. 11).

O império português, depois de dominar esses povos na base de campanha de pacificação, não tinha nada de pacífico devido o nível de violência imposto para poder ocupar o território e implantar aparelhos admirativos. E, após implantação, começou uma nova forma de colonização do povo negro, “a colonização mental” que é quando o colonizado perde a capacidade de reconhecer a opressão que desvaloriza todo o ser construído na base da cultura local e passa a assimilar os costumes dos povos das metrópoles. A construção da colonização mental, ou seja, a alienação da mente de um povo subalternizado, começa com a criação de um sistema que desvaloriza o conhecimento local, que tira toda a possibilidade do colonizado compreender esse processo depressivo, tornando-lhe um corpo vazio que não reconhece a si mesmo. Desta forma, os povos que já passaram por esse processo, que viveram sob o domínio de exploração tendo que desenvolver o “complexo de inferioridade por causa

do sepultamento de sua originalidade cultural tomando posição diante da linguagem da nação civilizador, isto é cultura metropolitana”, assimilação que se tornou uma via de escape para negros escravizados das verdades nua e crua sobre a colonização. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva e quando mais um negro recusa a sua “negridão” e sua *tabanka*, mais branco tornará (FANON, 2008, p.34).

Para efetivação da “colonização mental”, o império português criou outra forma de domínio dos nativos, os assimilados e os gentios. Os assimilados para o regime português significavam: pessoas que adotavam aos hábitos e costumes da cultura portuguesa, enquanto que, os indígenas ou gentios seriam aqueles que não assimilaram a cultura portuguesa e se identificam, com sobrenomes locais, inscritos em línguas étnicas. Entretanto, o diploma legislativo nº268, de 1914, estabelecida em Guiné Portuguesa, cujo o conteúdo se manteve no essencial da proclamação do ato Colonial, definia os “indígenas como indivíduos nascidos e vivendo em aglomerações sociais indígenas, chamadas tabancas, que tivessem hábitos e costumes indígenas, e que não pudessem ler ou escrever português” enquanto que os considerados assimilados são os que sabem ler e escrever a língua portuguesa, ter um documentos de identidade para frequentar as aulas e por último para ser assimilado deve ter a vida econômica estável (PEREIRA, 2003, p.31).

Sob o mesmo ponto de vista, Leila Leite Hernandez ressalta que a política e a cultura de assimilação defendia princípios morais e costumes ligados aos países colonialistas, e que esses países criam objetivos de converter progressivamente o africano no europeu. Isto significa, que as normas, as leis e o direito que estabelece diretrizes dos países colonizados devem sofrer alterações e, dessa forma, a língua e a religião tornou-se uma arma de domínio. A língua portuguesa seria o ideal, e o cristianismo te libertará de todas as práticas que cultuam as religiões africanas considerada “demoníaco” os que assimilam esses costumes (cristianismo e língua portuguesa) são considerados os beneficiários das regalias que a colonização impôs no território (HERNANDEZ, 2005, p.104).

Este paradigma traduzia-se, em termos práticos, na organização da sociedade guineense depois da implementação dos aparelhos administrativos em todo o território. Os considerados pessoas assimiladas que tinham “o privilégio” de beneficiar-se de vantagens ou regalias em termos de educação, familiarização com vários aspectos da cultura ocidental e ser fluente em língua portuguesa, com capital econômico estável, se distanciaram das demais que não possuíram essas regalias criando, assim, a primeira camada da elite guineense. Essa classe foi criada com o propósito de intermediar a comunicação entre o poder colonial e líderes tradicionais (CARDOSO, 2002, p.18).

Nesta perspectiva, a igreja católica missionária tornou-se responsável pela formação dos assimilados, transmitindo-lhes não só conhecimento científico básico sobre a Europa, mas, também, normas e morais de conduta adequados às dos colonizadores; segundo acordo “assinado entre Santa Sé e o Governo português, em 7 de maio de 1940 que deliberou a missão católica a conduta total para formação de indígenas” que se estendeu até os anos 60 (CARDOSO, 2002, p.18).

No caso do Império português e nas suas colônias, especialmente Guiné-Bissau, a implantação do sistema de ensino tornou-se uma arma eficaz para colonização mental. A primeira regra da colonização era dividir os nativos em assimilados e não assimilados, os grupos de assimilados tiveram acesso à alfabetização em língua estrangeira (portuguesa), frequentaram o ensino básico e médio e futuramente eram enviados com bolsa de estudos para Portugal. Ao formaram-se, regressavam aos seus países para servir à colônia, trabalhando como comerciantes, professores, funcionários governamentais de baixo escalão e operários da marinha. A formação não passava de uma forma de controlar os nativos porque: a educação colonial tinha como principal objetivo “desafricanização” das mentes africanas. Os métodos aplicados na escola se divorciou com a realidade local, por isso, a escola é seletiva para aqueles que acreditavam na superioridade da formação portuguesa, a educação colonial, por sua vez, não estimulava o desenvolvimento crítica ao ponto de permitir que os povos colonizados tivessem a noção dos seus direitos e liberdades incluindo, assim, a ideologia racista no ensino, a desvalorização da cultura local. Em contrapartida, os nativos criaram uma visão ilusória sobre si mesmo tornando-se um negro de alma branca (FANON, 1975; FREIRA, 1978).

Por conseguinte, a escola foi o principal motor de ensino tendo como função a disseminação da cultura. Sendo assim, responsável pelo preparo de jovens como futuros alicerces numa sociedade. As entidades escolares, além de compartilhar conhecimento, também, tinham o encargo de participar do processo de socialização dos indivíduos através de transmissão de saberes, hábitos, normas e valores sociais. Ademais, a escola tornou-se um veículo da consolidação do domínio colonial, preparando as pessoas com formação religiosa, política e moral, baseada nos padrões europeus com intuito de reforçar o poder da metrópole nos territórios ultramarinos e, ainda, a escola serviu de modelo para manipulação, opressão mental e da inferiorização dos colonizados.

A primeira formação da elite subalternizada na Guiné-Bissau, segundo Carlos Cardoso “foi influenciada pela política praticada pelo colonialismo português, que optou por um modelo de colonização cujo o principal paradigma consistia em assimilação e integração dos povos colonizados”. Para colonizadores a nova forma de aplicar a colonização mental é fazer com que os

nativos abandonassem os seus costumes considerados "Gentios" e assimilar os novos costumes considerados "civilizados" (CARDOSO, 2002, p.16).

A elite subalternizada guineense se construiu a partir da integração dos nativos no sistema administrativo colonial, participando das dinâmicas sócio-políticas colônias. A maioria das pessoas assimiladas eram lusos africanas, os cabo-verdianos alfabetizados imigrantes de Cabo Verde, guineenses com pais assimilados se assimilaram, os nativos que possuem condições socioeconômicas estáveis. A elite subalternizada, mesmo tendo todos os requisitos citados acima não passava dos nativos assimilados ou chamados na época de "portugueses de segunda", termo pejorativo criado uma separação hierárquica entre os assimilados e nativos de Portugal (CARDOSO, 2002, p.17).

Sendo considerado um português de segunda, criou-se limitações de conquista coletiva e individual porque a colonização não era focada só no enriquecimento da metrópole, mas de desumanizar os negros colonizados, pois um negro com propriedades econômicas não deixa de ser um negro com capital usufruindo de poucos privilégios, limitados pela categoria raça. Essas manifestações de cunho racista despertaram um sentimento de reivindicação de direitos que levou a criação de uma identidade comum (ser africano), um retorno às identidades de origem permitindo traçar uma luta anti racial contra a colonização portuguesa, uma luta que resultou na emergência de formação de uma nova elite, a local.

A formação da elite local e as suas heranças colôniais

As sociedades são compostas por grupos que governam e por governados, fator que culmina diretamente na construção da desigualdade social. Essa classe, detentores de poder econômico, ideológico e político, enquanto dirigentes do país monopolizam os poderes impondo seus interesses pessoais acima dos interesses do povo.

Como vimos antes, a formação da elite subalternizada guineense foi influenciada pela estratificação política e social do sistema colonial português, que optou pelo modelo de colonização que tinha como objetivo a divisão dos indivíduos em assimilados e não assimilados. A consolidação da estrutura colonial na Guiné-Bissau reforçou a proeminência política de uma pequena parcela dos africanos que se consideram privilegiados. Os mesmos serviam de intermédio entre império português e pessoas não assimiladas, sendo a língua portuguesa um símbolo de dominação colonial.

Conforme Carlos Cardoso, o fato de que o "colonialismo lhes ter concedido determinados privilégios permitiu-lhes beneficiar de vantagens e regalias em termos de educação, fluência na língua

portuguesa e familiarização com vários aspectos da cultura ocidental". Estes fatores criaram um vínculo dos nativos com os aparelhos administrativos portugueses (CARDOSO, 2002, p.16).

Da mesma forma, a classe da elite subalternizado emergiram-se várias revoltas sobre os aparelhos administrativos português. Assim, a educação que servia como mecanismo de colonização tornou-se uma forma de defesa contra o próprio sistema escravocrata, As elites que foram enviadas com bolsa de estudos em Portugal começou a ter uma visão diferente sobre a colonização, não queriam mais ser fantoche de regime colonial, criaram uma nova forma de superar a alienação “a descolonização dos mentes” quando o indivíduo assume sua alienação, e depois, a supera-o rejeitando os costumes eurocêntricas pois deste modo, de uma forma positiva ativa a “reafricanização das mentalidades” colonizados a tornar-se referência (Cabral, 1978, p.64).

Amílcar Cabral³ denunciava que o trabalhador assimilado ganhava três ou quatro vezes menos do que um trabalhador europeu, fazendo o mesmo trabalho, ainda que tivessem a mesma qualificação, ficava na segunda posição. Ele deixa claro que, mesmo com domínio da língua portuguesa como passo para ascensão social, o racismo seria inegável porque ser assimilado não lhe tornava um europeu branco, mas, sim, um negro perdido que comporta igual europeu.

Todos estes elementos levaram Amílcar Cabral a considerar a educação como a base do seu projeto de luta, através da implementação de redes escolares no território guineense no decorrer da luta de emancipação, com estímulos de processos de alfabetização ou proporcionando formação superior para que as pessoas tomassem a consciência da identidade nacional criando, assim, um homem novo.

A criação do Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde - (PAIGC) pela classe da elite subalternizados, tornou-se marco histórico para Guiné-Bissau. O partido político dirigiu o país para uma luta armada contra o regime de império português, uma luta pela emancipação do povo de Guiné e Cabo Verde que resultou na derrota da colonização.

É notável a influência do marxismo nas teorias desenvolvidas por Cabral no período da luta armada, na criação do partido PAIGC, que serviu como alicerce da luta armada. O partido defendia a União de Guiné e Cabo Verde para uma luta e independência dos dois países. Uma mobilização de camadas oprimidos para revolução, mesmo que ocorresse de uma forma clandestina. Como dizia

³ Conhecido como Amílcar Lopes da Costa Cabral nascido em Guiné-Bissau concretamente na região de Bafatá no dia 12 de setembro de 1924, filho de emigrantes cabo-verdianos. O pai Juvenal Lopes da Costa Cabral, mãe Iva Pinhel Évora. Filho da pequena elite que compõe a Bissau Guiné, Cabral tornou-se um dos líderes de protagonismo da emancipação da Guiné-Bissau e Cabo Verde contra o domínio português.

Marx “o verdadeiro resultado das suas lutas não é sucesso imediato, mas, a união crescente” essa união que libertará dois países do jugo colonial (Engels & MARX, 2008, p.25).

Sendo Cabral um dos precursores da teoria marxista, usou dele para abordar sobre a divisão das classes sociais, como seria necessário a união da toda sociedade guineense independente das classes sociais e econômicas “ as sociedades estão divididas em classes de artesão, camponeses era preciso fazer unidade, o máximo possível, das forças de diferentes classes, de diferentes elementos da sociedade para fazermos a luta da nossa terra”. É notável o uso da teoria marxista no desenvolver do processo de volta às raízes africanas, Cabral usava o conceito da classe exploradora e burguesa para identificar os colonizadores, afirmando de que a luta é contra o colonialismo português que ocupou a nossa terra, como estrangeiro que exerceu uma força sobre a nossa sociedade, sobre o nosso povo. Sendo assim, “a nossa luta é para construção de uma nova sociedade” (CABRAL,1976, p.15).

É importante enfatizar que Cabral ao usar conceito do marxismo clássico para desenvolver a união de classes oprimidos, negava a ideia de que a luta de classe seria o motor da história para emancipação compreensível porque buscava a união nacional e achava que a classe a se defender é a burguesia portuguesa não local. Visto que a burguesia local são provedores do conhecimento que para lutar contra opressão. A pequena burguesia tinha maior responsabilidade com a luta, por ser a única camada endógena da sociedade que dominava o poder burocrático que o país herdara do colonizador. Cabral fazia parte da elite guineense, aceitar o fator da eliminação da classe burguesa, e pequena burguesia formada no país seria uma mera hipocrisia. Em vista disso, tem-se alguns contrapontos; porque quando se foca na luta de libertação como resultado da classe elite tira toda a história de uma luta primitiva contra a colonização na Guiné-Bissau, uma luta desenvolvida por pessoas que se recusaram a submeter o processo de assimilação que causa perda da identidade, essas pessoas que por consequências das suas lutas foram morta ou exportadas para diferentes partes de mundo.

Por fim, cria-se uma união entre Guiné e Cabo Verde para luta armada que culminou na proclamação da independência da Guiné-Bissau em 24 de setembro de 1973, em Madina de Boé. Foi um ato político e histórico, na qual foi instituída a Assembleia Nacional Popular (ANP), tornando assim, a República da Guiné-Bissau um país soberano e democrático. A proclamação da independência foi imediatamente reconhecida por mais de 80 Estados. Porém, só depois de 25 de abril de 1974 que Portugal reconheceu a soberania deste país africano.

O partido PAIGC, por ter sido o único a assumir a liderança do processo de luta de libertação nacional da Guiné-Bissau, isto resultou em quadros do partido assumir posição de uma elite política Guineense capazes de tomar a tarefa de reconstrução do país, mas teve um porém, a luta armada foi

concretizada devido a união de diferentes classes sociais da Guiné-Bissau, a saber: os trabalhadores de aparelhos administrativos portugueses, os estudantes formados no exterior, os mestiços, as mulheres, os camponeses, ou seja, no total teve a participação de toda a população guineense.

Para o processo de reconstrução do país após a luta de libertação nacional, era necessário que a Guiné-Bissau tivesse um dirigente, nesse âmbito, cria-se um conflito entre aqueles que não tiveram a instrução acadêmica e experiência de trabalho nos aparelhos administrativos colôniais com elites subalternizados da colonização. O conflito residia em quem teria a capacidade de dirigir o país: os assimilados ou não assimilados. Deste modo, emergiu-se uma nova classe, a classe dos antigos combatentes-membro do partido PAIGC, pessoas que estiveram na linha de frente da luta de libertação nacional entre Guiné e Portugal. Por estas razões, o partido PAIGC, ao se intitular de libertador da Guiné comandou o país até a abertura democrática em 1994.

Nas palavras de Carlos Cardoso,

A luta de libertação nacional constitui uma autêntica revolução social, na medida em que permitiu uma rápida ascensão social dos que outrora se encontravam na base da pirâmide social. A morbidez social outrora retirada pelos mecanismos clássicos de discriminação social foi, neste caso, facilmente conseguida constituindo-se quanto a nós num dos fenômenos sociais mais marcantes da conquista da independência política (CARDOSO, 2002, p.18).

A luta de libertação nacional da Guiné-Bissau foi marcada pela ruptura e criação de uma nova classe de elite política que vai dirigir a Guiné-Bissau, uma elite nova com uma visão diferente sobre perspectiva de construir o país, assim seguindo o passo do seu líder, Amílcar Cabral.

No livro “A formação de elite guineense”, Cardoso (2002) trouxe diferentes causas do fracasso dessa camada da elite política, resultado de situação que se encontra o país atualmente, de pobreza e desigualdades sociais, descumprindo todas as propostas feitas no percurso da luta armada. As razões de fracasso de PAIGC, como partido que ocupou o poder por 42 anos na Guiné-Bissau, deixou o país em nível crítico de pobreza, desigualdade social e instabilidade política. Ainda são influenciados por razões como essas:

- 1) A insuficiente número de membros de partido dedicado a continuar a consolidar como um movimento popular e implantado na base e, ao mesmo tempo a construir um novo governo. 2) fator: o recurso por parte da liderança do partido a milhares quadros de administrações coloniais, que pouca ligação tinham com o povo, para fazer funcionar a máquina administrativa, o 3) fator a absorção de próprio líder político por um estilo de vida urbano orientado para o consumo. 4), fraco estudos e internalização pelos membros do partido dos escritos e das ideias políticas do Amílcar Cabral (CARDOSO, 2002, p.20).

Todo o processo de luta foi regido sob o lema de unidade e luta contra a colonização, nas bases da teoria marxista que defendia classes oprimidos e fim da burguesa, mas após a independência todo o processo foi deixado de lado, criando, assim, a classe elite exploradora que insiste em legitimar a sua permanência no poder na base da participação desse partido na luta de libertação nacional. A população guineense se viu numa dívida infinita com o intitulado partido da libertação, essa dívida enxuga a camada oprimida toda a oportunidade de ascensão social porque o poder se centra nas pessoas ditadoras de regras de sobrevivências desse povo massacrado na colonização e na pós-colonização. Essa classe de elite é celetista, altamente egoísta que vive na custa de trabalho do povo e nada fazem para que o país possa sair desta condição: fragilidade política e institucional.

Desde a independência, registra-se quatro golpes de estado e 16 tentativas de golpes de estado, para além dos golpes militares e às corrupção na política. Dados de 2019⁴ mostram que o país depende basicamente de seus recursos naturais para sobrevivência, tendo PIB de 4,6%, não obstante as riquezas minerais e o seu elevado potencial econômico, a Guiné possui parcela da população vivendo abaixo da linha da pobreza, ocupando o ranking entre os piores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,477 de acordo com dados de 2019, tendo a expectativa de vida de 46 anos.

A ausência de uma cultura democrática. a falta de interiorização de uma cultura democrática continua a pesar negativamente nos relacionamentos entre diferentes setores e franja da classe política. o relacionamento dos órgãos da soberania com os partidos de oposição tem sido prejudicado pela ausência de um diálogo construtivo em que prevalecem o interesse em detrimento dos interesses pessoais (CARDOSO, 2002, p.26)

Outro fator que favorece essa reprodução de heranças coloniais perante o povo guineense é a luta constante de entre a elite dominante de poder e elite alternativa. O processo ocorre entre partidos políticos que buscam ascender no poder, contudo, se faz desde brigas internas até constantes golpes de estados sem sequer pensarem no processo democrático que envolve o povo capacitado de eleger o representante político de direito. As heranças colôniais ainda assombram esse povo desde falta de investimento no ensino resultante de prolongadas greves de professores por falta de pagamento de salário, até frágil sistema de saúde ocupando a Guiné no ranking de mortalidade infantil e doenças que ocorrem por falta de saneamento básico.

⁴ Fonte: <https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview>

Qualquer sociedade é composta pela desigualdade, esse fator culmina diretamente na construção de classe de elite. Essa classe, detentores de poder econômico, ideológico e políticos, dirigentes do país monopolizam os poderes impondo seus interesses pessoais acima dos interesses do povo.

Considerações finais

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise sobre heranças coloniais como um fator para reprodução da desigualdade socioeconômica e política na Guiné-Bissau. Permitiu fazer uma abordagem sobre a criação da elite subalternizada nas decorrências do período colonial português obrigada à assimilação. Essa classe, considerada portugueses de segunda, viam-se em meio de fogo cruzado entre nativos e colonizados, também serviram de intermediário entre o império português e os considerados não assimilados. Além disso, a formação acadêmica e fluência da língua portuguesa tornou-se um viés para essa classe se distanciar da outra, ao mesmo tempo a educação serviu como uma forma de emergir uma luta que reivindicava a situação do racismo que os assimilados passavam e a presença de colonização no território local.

Na segunda fase mostra a emergência de nova classe de elite que não era mais subalternizada a uma violência de colonização, e sim uma classe que se serviu da ruptura de um estágio onde os privilegiados são os assimilados, pois as pessoas que estavam no comando da luta de libertação nacional contra o império português, em suma o partido PAIGC, era formado pela burguesia independentista para assumir a diligência do país, sob objeto de construir uma nova sociedade. Mas, não foi o caso porque a Guiné se viu numa instabilidade constante, os dirigentes do país tornaram-se reprodutores das heranças coloniais, colocando em jogo toda a trajetória de um partido que tinha como princípio a libertação povo oprimido, mas, que, consequentemente, tornaram-se opressores, colocando a Guiné-Bissau como um país com alto nível de desigualdade refletida em diversos esferas (econômica, social, política, na saúde e na educação).

A aplicação dos estudos sobre os impactos dessas heranças atualmente, nos mostra que a colonização foi um processo que se enraíza na sociedade de tal modo que suas consequências são notáveis no continente africano em especial Guiné-Bissau, onde esse processo tira toda a dignidade do homem, tornando-lhe um ser capaz de fazer de tudo para não se sentir na condição de oprimido.

Referências

- BULL, Benjamim Pinto. **O crioulo da Guiné-Bissau. Filosofia e sabedoria.** Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 1989.
- CABRAL, Amílcar. **A arma da Teoria.** Lisboa: Nova, 1976. V.1: Unidade e luta.
- CABRAL, Lopes Amílcar. **Unidade e Luta I. A Arma da Teoria.** Textos coordenados por Mário Pinto de Andrade, Lisboa: Seara Nova, 1978
- CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do Estado nacional – conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994).** Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em:<<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9991?mode=full>>. Acesso em: 02/04/2021
- CARDOSO, Carlos. **Formação da elite política da Guiné-Bissau.** Lisboa. Centro de estudos africano. 2002. Disponível em:<<https://books.google.com.br/books?hl=pt>>. Acesso em 02/04/2021
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Tradução de José laurêncio de Melo; Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. Ed. 3º. 1968. Disponível em: <https://www.kilombagem.net.br/wp-content/uploads/2015/07/Os_condenados_da_Terra-Frantz-Fanon.pdf>. Acesso em 03/04/2021
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras branca.** Porto. Paisagem, 1975. Disponível em:<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_brancas.pdf>. Acesso em 01/04/2021
- FAZZIO, Landim, Gabriel. Manoel Jones. **Revolução Africana uma antologia do pensamento marxista.** São Paulo, 2019.
- HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **África na sala de aula: visita à história contemporânea,** 4. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- LOPES, Carlos. Amílcar Cabral: uma vida inspiradora. In: LOPES, Carlos (Org.). **Desafios contemporâneos da África:** o legado de Amílcar Cabral. São Paulo: Unesp, 2012.
- MARX, Karl, 1818-183. **Manifesto do Partido Comunista/** Karl Marx, Friedrich Engels... 1 Ed. São Paulo: Expresso Popular, 2008.
- MBEMBE, Achille. **Política da Inimizade;** tradução Marta Lança, Portugal 2017. Disponível em <<https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2018/10/ACHILLE-MBEMBE-Pol%C3%ADtica-da-Inimizade>> Cap.-01-21-69.pdf. Acesso em 02/04/2021.
- PEREIRA, Aristides. **Uma luta, um partido, dois países:** Guiné-Bissau-Cabo Verde. Lisboa: Notícias, 2003.

Recebido em: 21 abr. 2021.

Aceito em: 10 maio 2021.